



PROGRAMA DE FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A INTEGRIDADE

1. INTRODUÇÃO

O Agrupamento de Escolas de Vila de Rei (AEVR) é composto por um conjunto de duas escolas, distribuídas de forma a cobrir todas as fases do percurso educativo dos alunos, desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário Regular, garantindo uma resposta educativa completa para a comunidade.

O Agrupamento inclui o Jardim de Infância, onde se encontram sediadas cinco turmas do Ensino Pré-Escolar, e a Escola Básica e Secundária de Vila de Rei (escola-sede do Agrupamento), onde funcionam o 2.º e o 3.º CEB, bem como o Ensino Secundário.

2. PROGRAMA FORMATIVO

2.1 Campo de atuação

No presente documento a Presidente da CAP pretende delinear formação ao pessoal docente e não docente da escola, com vista a que conheçam e compreendam as políticas e os procedimentos de prevenção de corrupção e infrações conexas implementados. É primordial envolver todo o pessoal trabalhador da escola no processo de aquisição de novos conhecimentos destas temáticas.

2.2 Conteúdos e Frequência

Os programas de formação e comunicação para a integridade, a que se refere mais detalhadamente o art.º 9.º do RGPC, devem incluir conteúdos programáticos destinados a todo o pessoal docente e não docente, designadamente com os seguintes propósitos e cuidados:

- Apresentação e divulgação, a cada docente e não docente, dos diversos instrumentos, esclarecendo inequivocamente os seus propósitos e as especificidades próprias do âmbito e natureza de cada um deles;
- Em cada ano deverá ser realizado um levantamento de necessidades formativas quanto às componentes da ética, integridade e prevenção de riscos, tanto numa perspetiva mais genérica, numa lógica de formação contínua, como relativamente a determinadas áreas funcionais mais específicas;
- Os processos de avaliação da execução dos Planos de Prevenção de Riscos e dos Códigos de Conduta, bem como das irregularidades que sejam denunciadas através do Canal de Denúncia, são fontes de informação privilegiada quanto ao levantamento de necessidades formativas para a ética, integridade e prevenção de riscos.

Independentemente de os programas formativos incluírem conteúdos mais genéricos, na lógica de formação contínua, ou mais específicos, por determinadas áreas funcionais, a sua dinamização deverá assegurar cuidados relativamente a pelo menos três componentes complementares entre si:

- Comportamental – a ausência de integridade, os conflitos de interesses e as práticas de corrupção e infrações conexas são, antes de tudo o mais, questões comportamentais associadas ao incumprimento dos deveres e responsabilidades no exercício das tarefas funcionais e poderes decisórios. Esta componente poderá corresponder a cerca de 25% do total do tempo da sessão formativa;

- Normativa – as normais previstas na legislação e nas medidas de cuidado e prevenção dos documentos da entidade ou organização quanto aos valores éticos e princípios de ação, indicações de conduta e cuidados de prevenção de riscos, ou seja, as expectativas sobre o cumprimento dos conteúdos do Código de Conduta e do Plano de Prevenção de Riscos devem ser igualmente objeto de revisitação e reflexão numa segunda parte da sessão formativa. Esta componente poderá corresponder igualmente a cerca 25% do tempo total de sessão formativa;
- Trabalho de grupo – a realização de dinâmicas de reflexão em grupo e debate argumentativo de pontos de vista a partir de possíveis dilemas éticos que possam suscitar-se no desempenho concreto das funções dos destinatários das sessões formativas é uma forma de reforçar a consciência das pessoas relativamente às expectativas do que devem ser os comportamentos de integridade mais adequados perante situações concretas de natureza idêntica ou similar, para lá do potencial de reforço dos deveres e responsabilidades individuais de compromisso pelo cumprimento dos valores éticos ou princípios de ação constantes do Código de Conduta. Esta componente, que preferencialmente pode corresponder a cerca de 50% da sessão formativa, poderá ter dois momentos. Um primeiro, com análise de problemas suscitados em pequenos grupos de 3 a 5 formandos, e um segundo, de partilha e debate conjunto, por todo o grupo de formandos, quanto aos resultados do trabalho de reflexão realizado em cada subgrupo.

A formação sobre ética, integridade e prevenção de riscos deverá ser incluída nos processos de formação inicial e de acolhimento dos novos docentes e não docentes, bem como dos que já exercem funções na escola. No entanto não se deve excluir a utilidade de os processos formativos e a sua dinamização poderem beneficiar também de apoios externos com alguma especialização nestas matérias, nomeadamente quanto às componentes comportamental e análise de dilemas éticos.

A escola procurará construir parcerias com as diversas entidades formativas, nomeadamente DGAE, DGESTE, CFAE Alto Tejo.

3. APROVAÇÃO, DIVULGAÇÃO E ENTRADA EM VIGOR

Após a aprovação em Conselho Pedagógico e Conselho Geral, o Programa de Formação e Comunicação para a Integridade (PFCI), é divulgado, utilizando o e-mail, para que o mesmo venha ao conhecimento do pessoal docente e não docente e externamente, através da página de internet da escola. O presente PFCI entra em vigor imediatamente após a sua aprovação.

4. PROVENIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

- Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção

(https://mec-anticorruptao.pt/wp-content/uploads/2023/06/Dec_Lei-109-E_2021.pdf);

- Guia n.º 1/2023, setembro (<https://mec-anticorruptao.pt/wp-content/uploads/2023/12/guia-n1-2023.pdf>);
- Programa de Formação e Comunicação para a Integridade – síntese (<https://mec-anticorruptao.pt/wp-content/uploads/2024/01/programa-de-formacao-e-comunicacao-para-a-integridade-sintese.pdf>);
- Noções elementares sobre o Regime Geral da Prevenção da Corrupção (<https://mec-anticorruptao.pt/wp-content/uploads/2024/01/noco-es-elementares-do-rgpc.pdf>).

Vila de Rei, 10 de dezembro de 2025

A Presidente da CAP,